

11 DE JUNHO DE 2021

ANAPE

em ação



» **NOTAS**
ENTIDADES DA ADVOCACIA PÚBLICA DEBATEM REFORMA ADMINISTRATIVA

Pág. 01

» **NA MÍDIA**
VÍNCULOS PRECÁRIOS NO FUNCIONALISMO AFUNDARÃO O PAÍS EM INCERTEZAS

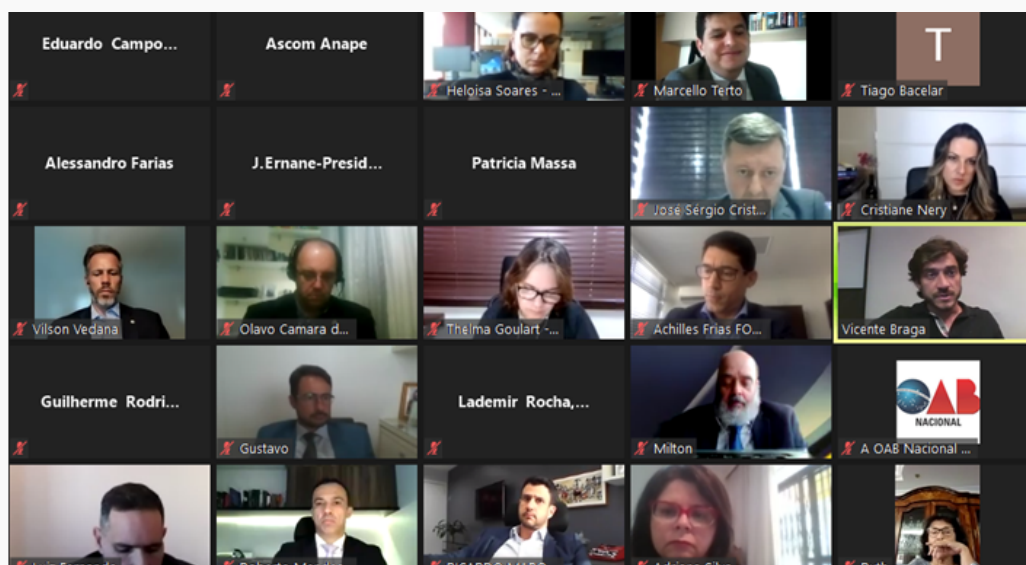
Pág. 02

» **EVENTOS**
II ENPS DEBATE OS DESAFIOS DA SAÚDE PÚBLICA NOS DIAS 14 E 15 DE JUNHO

Pág. 04

NOTAS

Entidades da Advocacia Pública debatem Reforma Administrativa



O presidente da ANAPE, Vicente Braga, participou nesta quarta-feira (09/06) de reunião das entidades que compõem o Movimento Nacional da Advocacia Pública e integrantes da Comissão Nacional de Advocacia Pública da OAB para debater a Reforma Administrativa, em tramitação na Câmara dos Deputados. Os representantes das associações foram unânimes em criticar a proposta de emenda à Constituição que trata do tema (PEC 32/20).

“É um momento difícil no Congresso Nacional que nós servidores públicos estamos passando. Quem acompanhou na CCJ viu a luta da ANAPE e de outras entidades representantes da Advocacia Pública municipal e federal. Na comissão especial vai ser mais duro ainda. Se não tivermos uma união em torno de um mesmo objetivo, seremos mais uma vez punidos”, afirmou Braga no encontro. Agora, a ANAPE irá trabalhar junto aos deputados na comissão especial.

“Iremos conversar com os parlamentares da co-

missão especial e vamos mostrar as inconstitucionalidades e os absurdos que estão no texto da PEC e conseguir algumas mudanças. A adesão da OAB e de todas as entidades será muito importante”, reiterou o presidente da ANAPE. O ex-presidente da ANAPE e Conselheiro Federal da OAB, Marcello Terto, agradeceu a atuação das entidades na primeira análise feita pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara. Também participaram da reunião o presidente do Conselho Deliberativo da ANAPE, Roberto Mendes Filho, e a Diretora do Centro de Estudos, Ana Paula Guadalupe Rocha.

Tramitação

A Câmara dos Deputados instalou nesta quarta-feira (9) a comissão especial que vai analisar o mérito da reforma administrativa. A proposta teve sua admissibilidade aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania no fim do mês passado. O texto restringe a estabilidade no serviço público e cria novos tipos de vínculos com o Estado, entre outras mudanças.

NA MÍDIA

Vínculos precários no funcionalismo afundarão o país em incertezas



justo, objetivo e eficaz, que respeite as garantias individuais e os direitos fundamentais previstos na Constituição Federal.

O principal questionamento diz respeito à estabilidade dos servidores públicos e à formação de contratos precários. O texto da PEC prevê o fim do Regime Jurídico Único (RJU), troca a expressão “funções públicas” por “vínculos públicos” e detalha cinco tipos diferentes de cargos. Não é a simples mudança de uma expressão. O novo termo cria conceitos amplos e genéricos que contribuem para o enfraquecimento do funcionalismo público.

Uma das principais bandeiras da equipe econômica federal para solucionar a crise fiscal brasileira, a reforma administrativa (PEC 32/20) está em análise na Câmara dos Deputados. Aprovada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJC), a proposta ainda apresenta retrocessos em relação aos vínculos de trabalho que precisarão ser sanados na comissão especial, a fim de evitar insegurança jurídica e precarização do serviço público.

A ideia de construção de uma Nova Administração Pública é fundamental para o país. O cidadão brasileiro merece um serviço público de excelência e a reforma administrativa é uma oportunidade para promover o necessário aperfeiçoamento. Entretanto, uma alteração constitucional precisa estar amparada em um texto

A partir da implementação dos novos vínculos, a garantia no cargo será mantida apenas aos atuais servidores e aos enquadrados nos “cargos típicos de Estado” por uma futura lei complementar. Segundo o texto genérico da PEC 32/20, estarão na categoria os servidores que têm como atribuição “o desempenho de atividades que são próprias do Estado, sensíveis, estratégicas e que representam, em grande parte, o poder extroverso do Estado”.

Ao deixar a definição em aberto, é bastante previsível o problema que o Congresso terá de enfrentar na hora de aprovar a lei complementar – até hoje existem lacunas na legislação sobre o conceito de “carreira típica de Estado”. A experiência da Emenda Constitucional 19, em

1998, demonstrou a complexidade que é, em um país com tantas necessidades e desigualdades como o Brasil, definir quais atividades são essenciais e estratégicas para o Estado.

Mas o equívoco da proposta vai além do debate sobre quais cargos permanecerão com estabilidade. A PEC cria quatro outros vínculos: de experiência; por prazo determinado; por prazo indeterminado; e cargo de liderança e assessoramento. O caminho é porta aberta para a precarização do funcionalismo e a absorção do Estado por interesses políticos ilegítimos. De forma rasa, a PEC amplia as possibilidades de contratação temporária e por indicação política.

Os novos vínculos, possivelmente, levarão a reforma à judicialização. No caso do vínculo de experiência, o Estado aposta muito alto quando admite a possibilidade de um servidor ainda não aprovado em concurso público exercer atos de poder extroverso – regulamentar, fiscalizar, fomentar. É uma violação frontal ao princípio da segurança jurídica.

Já a ampliação dos cargos de liderança e assessoramento é rumo certo para a descontinuidade de políticas públicas. Estudo da Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado Federal sinaliza quase 1 milhão a mais de cargos a serem providos por indicação política nas três esferas de Poder. O serviço público não pode ficar à mercê de ventos políticos. O povo brasileiro não merece entrar em um constante ciclo de projetos que começam e são interrompidos antes de gerarem resultados.

A estabilidade dos cargos do funcionalismo foi incluída na Carta Magna pelo constituinte com o claro objetivo de proteger ao Estado. Ela é fundamental para a democracia. É a garantia da independência e de um funcionalismo forte,

sem amarras a interesses passageiros. Quem trabalha para a sociedade precisa ter segurança para pensar no futuro, contribuindo, de fato, para construção de um país melhor.

E, para os casos dos maus servidores que se ancoram na estabilidade para prestarem um serviço aquém do esperado, o Direito Administrativo prevê uma lista de sanções, inclusive, a demissão. A reforma administrativa é uma chance de o país aprimorar, justamente, essa legislação. O Brasil tem diversas experiências bem-sucedidas no que se refere ao controle de qualidade de serviços públicos que servem de exemplo.

É preciso coragem para investir na criação de uma cultura de eficiência e de prestação de contas à sociedade, para além do discurso trivial de demonização do servidor. A reforma tem de indicar métodos de avaliação objetivos, sem perseguições e compadrios, por meio, por exemplo, do fortalecimento das corregedorias e ouvidorias. Uma Nova Administração Pública está surgindo e o foco deve ser a satisfação do cidadão – o cliente final do funcionalismo. Os caminhos são diversos e é papel da comissão especial enxergar todos eles.

* Vicente Martins Prata Braga é presidente é presidente da Associação Nacional dos Procuradores dos Estados e do DF (Anape), procurador do Estado do Ceará e doutor em Direito Processual Civil pela Universidade de São Paulo (USP)

Artigo publicado em [Portal Metrôpoles](#)

EVENTOS

II ENPS debate os desafios da saúde pública nos dias 14 e 15 de junho



2º ENCONTRO NACIONAL DE PROCURADORIAS DE SAÚDE

PAINEL DE ABERTURA OS ATUAIS DESAFIOS DA SAÚDE PÚBLICA

14 DE JUNHO
14H30 ÀS 15H45

PRESIDENTE DE MESA



VICENTE BRAGA
Presidente da ANAPE

PALESTRANTE



CARLOS EDUARDO DE OLIVEIRA LULA
Presidente do Conselho Nacional de Secretários de Saúde - CONASS



INSCRIÇÕES:
ENPS.ANAPE.ORG.BR

TRANSMISSÃO
YOUTUBE.COM.BR/
ANAPEPROCURADORES



2º ENCONTRO NACIONAL DE PROCURADORIAS DE SAÚDE

DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS DAS PROCURADORIAS DE SAÚDE

PAINEL 1

TEMA 793 DO STF

14 DE JUNHO
16H ÀS 17H30

PRESIDENTE DE MESA



CARLOS HENRIQUE FALCÃO DE LIMA
Secretário-Geral da ANAPE



MEDIADORA:
ALESSANDRA FLORES WAGNER
PGE - RS



PALESTRANTE:
FELIPE BARRETO DE MELO
PGE - SC



PALESTRANTE:
CAMILA SIMÃO
PGE - PR



INSCRIÇÕES:
ENPS.ANAPE.ORG.BR

TRANSMISSÃO
YOUTUBE.COM.BR/
ANAPEPROCURADORES



PAINEL 2

RESSARCIMENTO DOS GASTOS COM PRESTAÇÃO DE SAÚDE ENTRE ENTES PÚBLICOS

15 DE JUNHO
08H45 ÀS 10H15

PRESIDENTE DE MESA



FERNANDO ALCÂNTARA CASTELO
Presidente da Associação dos Procuradores do Estado do Paraná



MEDIADORA:
JORDANA PEREIRA LOPES GOULART
PGE - MS



PALESTRANTE:
CAROLINA BONADIMAN ESTEVES
PGE - ES



PALESTRANTE:
HELDER BRAGA ARRUDA JUNIOR
PGE - AL



INSCRIÇÕES:
ENPS.ANAPE.ORG.BR

TRANSMISSÃO
YOUTUBE.COM.BR/
ANAPEPROCURADORES



2º ENCONTRO NACIONAL DE PROCURADORIAS DE SAÚDE

DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS DAS PROCURADORIAS DE SAÚDE

PAINEL 3

OS REFLEXOS DA COVID 19 NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS E NAS DEMANDAS JUDICIAIS

15 DE JUNHO
10H30 ÀS 12H

PRESIDENTE DE MESA



RODRIGO DE MENESES DOS SANTOS
Diretor de Comunicação e Relações Institucionais



MEDIADORA:
MARCELA PARPINELLI MOLITERNO
PGE - GO



PALESTRANTE:
VANESSA LIMA DO NASCIMENTO
PGE - AM



PALESTRANTE:
MATEUS SEVERIANO DA COSTA
PGE - AM



PALESTRANTE:
ALINE FAYH PAULITSCH
PGE - RS



INSCRIÇÕES:
ENPS.ANAPE.ORG.BR

TRANSMISSÃO
YOUTUBE.COM.BR/
ANAPEPROCURADORES

EVENTOS



2º ENCONTRO NACIONAL DE PROCURADORIAS DE SAÚDE

DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS DAS PROCURADORIAS DE SAÚDE

PAINEL 4

COVID 19 E DEMANDAS ESTRUTURAIS

15 DE JUNHO
14H ÀS 15H30

PRESIDENTE DE MESA



ANA PAULA GUADALUPE ROCHA
Diretora do Centro de Estudos da ANAPE



MEDIADOR:
FRANCISCO STÊNIO DE OLIVEIRA NETO
PGE - MA



PALESTRANTE:
CAROLINE GONDIM
PGE - CE



PALESTRANTE:
BARBARA CAMARDELLI
PGE - BA



INSCRIÇÕES:
ENPS.ANAPE.ORG.BR

TRANSMISSÃO
YOUTUBE.COM.BR/
ANAPEPROCURADORES



2º ENCONTRO NACIONAL DE PROCURADORIAS DE SAÚDE

DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS DAS PROCURADORIAS DE SAÚDE

PAINEL DE ENCERRAMENTO

JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE PÚBLICA: REFLEXÕES E IMPACTOS DA COVID 19

15 DE JUNHO
16H ÀS 17H30

PRESIDENTE DE MESA



CRISTIANE SANTANA GUIMARÃES
2ª Vice-Presidente da ANAPE e Presidente da APEB



PALESTRANTE:
ANA CAROLINA MOROZOWSKI
Juíza da 3ª Vara Federal de Curitiba com competência especializada em saúde



PALESTRANTE:
DANIEL WANG
Pós-Doutor e Doutor em Direito pela London School of Economics and Political Science (LSE)



INSCRIÇÕES:
ENPS.ANAPE.ORG.BR

TRANSMISSÃO
YOUTUBE.COM.BR/
ANAPEPROCURADORES

A segunda edição do Encontro Nacional de Procuradorias de Saúde será realizada de forma 100% online e será transmitida ao vivo pelo canal oficial da ANAPE no Youtube, nos dias 14 e 15 de junho.

O Encontro terá como temática os “Desafios Contemporâneos das Procuradorias de Saúde”. A programação conta com painéis temáticos onde especialistas debatem assuntos atuais e desafiantes para os Procuradores que atuam na área da saúde.

Promovido pela ANAPE, o encontro vai abordar as questões relacionadas ao direito à saúde e ao compartilhamento de informações e experiências entre os estados.

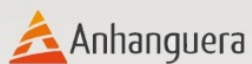
Não perca! Inscrições abertas - <https://enps.anape.org.br/>.

CLUBE DE VANTAGENS

ANAPE
Mais

**ESTUDE
COM
DESCONTO**

NO SEU CLUBE DE VANTAGENS!



Anhanguera



unopar



Estácio

Até 35% de
desconto*

Até 35% de
desconto*

Até 50% de
desconto*



Católica
EAD



FACULDADE
Unyleya



Faculdade
CENSUPEG

Até 20% de
desconto*

Até 58% de
desconto*

Até 40% de
desconto*

*Confira as condições no site.

anapemais.com.br

CLUBE DE VANTAGENS

ANAPE
Mais

BELEZA E BEM-ESTAR

PARA VOCÊ!



No seu **Clube de Vantagens** você tem **descontos especiais** nas melhores lojas de produtos para o cuidado pessoal!

L'OCCITANE
EN PROVENCE



Jequiti

10% de desconto*

10% de desconto*

10% de desconto*

REVENIR
COSMETIQUE



Mercearia
do Banho

30% de desconto*

Até 60% de desconto*

10% de desconto*

*Confira as condições no site.

anapemais.com.br

CONSELHO EDITORIAL

DIRETORIA

Presidente:

Vicente Martins Prata Braga (CE)

Diretor de Comunicação e

Relações Institucionais:

Rodrigo de Meneses dos Santos (TO)

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

Mídia e Conexão

DIAGRAMAÇÃO

Caroline Sousa